

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.786.103 - RJ (2018/0330559-1)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
AGRAVADO : IGOR HENRIQUE SILVA ALMEIDA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PENAL. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. DESCLASSIFICAÇÃO. ART. 37 DA LEI N.º 11.343/2006. CARÁTER SUBSIDIÁRIO. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA N.º 282 DO STF. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Não houve debate da questão federal sob o enfoque trazido no recurso especial, qual seja, o de que o crime do art. 37 da Lei n.º 11.343/2006 **teria caráter subsidiário** em relação ao delito previsto no art. 35 da mesma Lei e que, por essa razão, a desclassificação não configuraria *mutatio libelli*, mas tão somente *emendatio libelli*. Não houve a oposição de embargos de declaração. Assim, o tema carece de prequestionamento, nos termos da Súmula n.º 282 do Supremo Tribunal Federal.

2. Agravo regimental desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora. Os Srs. Ministros Sebastião Reis Júnior, Rogerio Schietti Cruz, Nefi Cordeiro e Antonio Saldanha Palheiro votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 07 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora